TRANSBEL

Transpetro Bel 09 S.A. - Transbel

CNPJ Nº 35.348.568.0001/82 – Empresa do Sistema Petrobras

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

RELATÓRIO ANUAL 2023

VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

Quem somos e onde atuamos

Somos uma empresa brasileira, criada para atuar na administração de infraestrutura portuária e nas infraestruturas públicas, com instalações localizadas dentro do Porto Organizado de Belém, no estado do Pará, identificada como Transpetro Bel 09 S.A. (Transbel).

Temos potencial para realizar todas as atividades portuárias, carga e descarga, armazenamento, gestão de terminal aquaviário, navegação de apoio portuário e demais serviços relacionados à movimentação ou armazenagem de mercadorias destinadas ao transporte aquaviário ou provenientes dele.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Em abril de 2019, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) promoveu leilão para arrendamento do Terminal de Belém.

A Transpetro venceu a licitação e garantiu o direito de continuar operando a unidade por 20 anos. Conforme exigência do edital, foi constituída uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), denominada Transpetro Bel 09 S.A. (Transbel).

A assinatura do contrato estava prevista para o início do exercício de 2020. Contudo, a autoridade portuária apresentou exigência de *price cap* para gás liquefeito de petróleo (GLP), em patamar inferior ao considerado pela Transpetro e, portanto, comprometendo a viabilidade econômica do empreendimento. Dessa maneira, o contrato não foi assinado naquele período.

Em 26 de outubro de 2022, após tramitação nos órgãos competentes e manutenção das condições estabelecidas pelo edital do certame, a Transbel entrou em operação.

Em 12 de dezembro de 2022 foi realizado o leilão das capacidades de GLP do Terminal de Belém, administrado pela Transbel. Em atendimento à resolução número 881 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e em conformidade com a lei 13.303/16, o leilão foi realizado em processo público na modalidade Leilão Direto e seu resultado gerou 50,45% de incremento médio em relação aos preços iniciais dos lances, resultando no aumento do faturamento previsto e consolidando ainda mais a Transbel como operador logístico de referência na região. Além disso, houve o incremento de operações com barcaças de terceiros, a partir de maio de 2023, para operações de claros em virtude de decisão da autoridade portuária em favor da Transbel, pois a empresa é a atual operadora portuária e possui as autorizações de operação (AOs) das linhas em seu nome.

Em 7 de novembro de 2023, foi publicado o Ato Declaratório Executivo nº 735/2023, que habilita o projeto denominado "Implantação BEL 09 (Fase 1) Terminal de Miramar, da Transbel, ao benefício fiscal do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi). Referido ato foi publicado no DOU nº 225, de 28/11/23. A partir dessa publicação, por um prazo de cinco anos, a Transbel pode adquirir com suspensão da incidência do PIS e da Cofins nas obras de projetos de investimentos habilitados.

DESEMPENHO NOS NEGÓCIOS

O desempenho do negócio, ocorrido a partir da entrada em operação, pode ser analisado pelo Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE), conforme a tabela 1 abaixo. Além da geração de caixa (expressa pelo Ebitda de R$ 46 milhões), a rentabilidade, medida pela margem líquida, ficou em 18,1%, com um lucro líquido de R$ 18,3 milhões.

DRE (milhões)	2023	2022	2021
Faturamento Bruto	117,8	14,3	–
Encargos	(16,6)	(1,4)	–
Receita Líquida	**101,2**	**12,9**	**–**
Custo Serv. Prestados	(60,1)	(9,2)	–
Lucro Bruto	**41,1**	**3,7**	**–**
Despesas Administrativas/Vendas	(3,9)	(0,7)	(0,1)
Despesas Tributárias	(0,3)	(0,2)	(0,0)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	0,0	–	–
Despesas Operacionais	**(4,2)**	**(0,8)**	**(0,1)**
Lucro Operacional	**36,8**	**2,9**	**(0,1)**
Receita Financeira	4,6	3,1	0,7
Despesa Financeira	(13,7)	(2,2)	(0,0)
Variação Monetária/Cambial	(0,1)	–	(0,0)
Resultado Financeiro	**(9,2)**	**0,9**	**0,7**
Lucro antes IR/CSLL	**27,7**	**3,8**	**0,6**
IR/CSLL	(9,4)	(1,3)	(0,2)
Lucro Líquido	**18,3**	**2,5**	**0,4**
Margem Líquida	18,1%	19,5%	n/a
EBITDA Ajustado	**46,0**	**4,3**	**(0,1)**
Margem EBITDA	45,4%	33,4%	n/a

TRANSBEL (milhões)	2023	2022	2021
Lucro Líquido do Exercício	**18,3**	**2,5**	**0,4**
(–) Imposto de Renda e Contribuição Social	(9,4)	(1,3)	(0,2)
(–) Resultado Financeiro Líquido	(9,2)	0,9	0,7
(–) Depreciação e Amortização	(9,1)	(1,4)	–
EBITDA	**46,0**	**4,3**	**(0,1)**
(–) Provisão/Reversão de *Impairment*	–	–	–
(–) Variação do ativo imobilizado/Direito de Uso	–	–	–
EBITDA ajustado	**46,0**	**4,3**	**(0,1)**

Em julho de 2022, foi promulgada a resolução da ANP número 881, que estabelece critérios para o uso dos terminais aquaviários existentes ou a serem construídos para movimentação de petróleo, de derivados de petróleo, de derivados de gás natural e de biocombustíveis.

A resolução delimita que o operador logístico pode estabelecer contratos envolvendo um único carregador ("Clientes Majoritários") utilizando 50% da capacidade máxima de movimentação do terminal. A contratação do restante da capacidade do terminal só será permitida pelo mesmo cliente, desde que o operador publique a intenção à ANP e realize oferta pública de capacidade para outros potenciais interessados.

Nesse sentido, a Transbel estabeleceu contratos com o carregador proprietário (Petrobras) para produtos claros e escuros no limite inferior aos 50% da capacidade definido pelo dispositivo supracitado. Para o restante, foi realizada oferta pública de capacidade de GLP, dividida em quatro lotes, que foram adquiridos por quatro clientes distintos (não incluindo o carregador proprietário), em que foi alcançado um resultado com sobrepreço da ordem de 51% em relação aos valores previstos.

CAPITAL FINANCEIRO E GERAÇÃO DE CAIXA

Nosso capital financeiro é composto pelos recursos financeiros próprios, disponíveis e que serão alocados à nossa atividade produtiva.

Além das atividades operacionais realizadas, tanto para a Petrobras quanto para terceiros, o resultado dos rendimentos financeiros sobre as aplicações financeiras contribuiu para a geração de caixa alcançada. As aplicações financeiras correspondem ao capital integralizado da Transbel e de seus respectivos rendimentos.

Importante destacar que, conforme estabelecido pelo edital do leilão da área portuária, existe a necessidade de realização de investimentos obrigatórios para modernização e ampliação da estrutura do terminal.

ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

Conforme mencionado, seguindo as normas estabelecidas pela resolução da ANP, a Transbel assinou contratos para as capacidades do terminal. Todos os contratos têm o prazo de cinco anos de duração e estabelecem condições de pagamento mínimo. Tal arcabouço deixa a empresa com perspectivas ainda mais robustas para os próximos anos.

Estamos na expectativa de firmar parceria com a Inpasa Brasil e construir dois tanques para armazenamento de etanol anidro com capacidade operacional de 3.500m³ com o objetivo de movimentar o produto para as companhias distribuidoras da região. O projeto encontra-se na fase 1 e as operações devem estar implantadas em 2025.

Celebramos contrato com a Refinaria de Mataripe S.A., tendo por objeto a prestação de serviço de descarga de navio para instalações de terceiros no Terminal Aquaviário de Belém (PA) no prazo de 20/12/2023 a 22/03/2024, no valor de R$ 446.700,00 (quatrocentos e quarenta e seis mil e setecentos reais). Essa iniciativa traz perspectivas futuras de aumento de operações com clientes terceiros.

Por fim, vale destacar que, para realizar as atividades operacionais, a Transpetro foi contratada de modo a fornecer insumos (pessoal para operação, materiais, compartilhamento de serviços e estrutura de apoio administrativo) necessários para a atividade, de modo que sejam adotadas as mesmas práticas do Sistema Petrobras sobre segurança, respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, bem como a qualidade dos serviços prestados.

MARCIO GUIMARAES COSTA
Presidente

FERNANDO MASCARENHAS CAVALCANTI DE BARROS
Diretor

FLAVIO GODINHO VIANA
Diretor

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

Ativo	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.272	120
Contas a receber - FIDC	7	34.669	26.844
Contas a receber	8	16.344	–
Contas a receber de partes relacionadas	8-9.1	2.676	14.230
Imposto de renda e contribuição social	11.1	–	309
Impostos e contribuições	11.1	–	205
Despesas antecipadas	10	357	352
		56.318	**42.060**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos e contribuições sociais diferidos	11.2	5.449	992
		5.449	**992**
Imobilizado	12	193.117	172.777
		193.117	**172.777**
Total		**254.884**	**215.829**

Passivo	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Circulante			
Fornecedores		1.378	2.457
Arrendamentos	9.1-13	16.641	13.690
Contas a pagar a partes relacionadas	9.1	9.491	61.750
Impostos e contribuições	11.1	824	1.313
Imposto de renda e contribuição social	11.1	1.126	1.098
Dividendos a pagar	9.1-14.3	4.347	598
		33.807	**80.906**
Não circulante			
Fornecedores		294	18
Arrendamentos	9.1-13	115.198	106.706
		115.492	**106.724**
Patrimônio líquido			
Capital social realizado	14.1	90.971	25.749
Reservas de lucros	14.2	14.614	2.450
		105.585	**28.199**
Total		**254.884**	**215.829**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Receita líquida de serviços prestados	15	101.180	12.881
Custo dos serviços prestados	16	(60.128)	(9.158)
Lucro bruto		**41.052**	**3.723**
Despesas			
Gerais e administrativas	16	(3.891)	(696)
Tributárias	16	(328)	(152)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	16	9	–
		(4.210)	**(848)**
Lucro / (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos		**36.842**	**2.875**
Receitas financeiras	17	4.628	3.123
Despesas financeiras	17	(13.714)	(2.220)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	17	(79)	–
Lucro antes dos impostos		**27.677**	**3.778**
Imposto de renda e contribuição social corrente	11.3	(13.830)	(2.253)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11.3	4.457	992
Lucro líquido do exercício		**18.304**	**2.517**
Lucro por ação básico e diluído por ação - em reais	14.4	**18,30**	**2,52**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	**18.304**	**2.517**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**18.304**	**2.517**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	Nota	Capital social realizado	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros/ acumulados	Total
Saldo em 01/01/2022		**25.749**	**53**	**478**	**285**	**–**	**26.565**
Dividendos		–	–	–	(285)	–	(285)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	2.517	2.517
Destinação do lucro							–
Reserva legal		–	126	–	–	(126)	–
Dividendo mínimo obrigatório						(598)	(598)
Dividendo adicional proposto		–	–	–	1.793	(1.793)	–
Saldo em 31//12/2022		**25.749**	**179**	**478**	**1.793**	**–**	**28.199**
Saldo em 01/01/2023		**25.749**	**179**	**478**	**1.793**	**–**	**28.199**
Integralização de capital	14.1	65.222	–	–	–	–	65.222
Dividendos	14.3	–	–	–	(1.793)	–	(1.793)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	18.304	18.304
Destinação do lucro							
Reserva legal	14.2	–	915	–	–	(915)	–
Retenção de lucros	14.2			13.042		(13.042)	–
Dividendo mínimo obrigatório	14.3	–	–	–	–	(4.347)	(4.347)
Saldo em 31/12/2023		**90.971**	**1.094**	**13.520**	**–**	**–**	**105.585**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**18.304**	**2.517**
Ajustes para:			
Provisão para Imposto de renda e contribuição social	11.3	13.830	2.253
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	11.3	(4.457)	(992)
Depreciação e amortização		9.127	1.422
Encargos financeiros sobre arrendamentos		13.670	2.219
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		(3.529)	(2.231)
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber		(16.345)	–
Contas a receber de partes relacionadas		11.555	(14.230)
Impostos a recuperar		2.083	(190)
Despesas antecipadas		(5)	(352)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		(802)	2.432
Contas a pagar a partes relacionadas		3.565	5.424
Impostos, taxas e contribuições		(3.720)	576
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.603)	(342)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		**32.673**	**(1.494)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis		(7.217)	–
(Investimentos) resgates em títulos e valores mobiliários		(4.296)	(24.614)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos		**(11.513)**	**(24.614)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos contratos de arrendamento (arrendatário)	13	(16.506)	(417)
Dividendos pagos	14.3	(2.502)	(380)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		**(19.008)**	**(797)**
Variação de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		**2.152**	**(26.905)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		120	27.025
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**2.272**	**120**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas		
Vendas de serviços e outras receitas	117.784	14.297
	117.784	**14.297**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços vendidos	(36.507)	(6.214)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.841)	(574)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(2.039)	(197)
	(41.387)	**(6.985)**
Valor adicionado bruto	**76.397**	**7.312**
Depreciação e amortização	(9.127)	(1.422)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**67.270**	**5.890**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações cambiais e monetárias	4.692	3.123
	4.692	**3.123**
Valor adicionado total a distribuir	**71.962**	**9.013**
Distribuição do valor adicionado		
Tributos		
Impostos contribuições federais	22.981	3.524
Impostos contribuições estaduais	30	6
Impostos contribuições municipais	5.680	94
Imposto renda e contribuição social diferido	(4.457)	(992)
	24.234	**2.632**
Instituições financeiras e fornecedores		
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais	13.857	2.220
Despesas de aluguéis e arrendamentos	15.567	1.644
	29.424	**3.864**
Acionistas		
Lucros retidos	13.957	1.919
Remuneração ao acionista	4.347	598
	18.304	2.517
Valor adicionado distribuído	**71.962**	**9.013**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

continua ▶

D4Sign 5b4c5721-1206-4ff5-bdfc-c7b9bd92b79b - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

▶ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

A Transpetro Bel 09 S.A., sociedade de propósito específico (SPE), doravante denominada "Transbel" ou "Companhia" é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, com sede em Belém, no estado do Pará.

A Transbel tem por objeto a exploração da cessão onerosa da área, administração de infraestrutura portuária e infraestruturas públicas e suas instalações, localizadas dentro do Porto Organizado de Belém, no estado do Pará, identificada como BEL-09, podendo nela, e por meio dela, realizar todas as atividades portuárias, carga e descarga, armazéns, gestão de terminais aquaviários, navegação de apoio portuário e demais atividades relacionadas à movimentação ou armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes do transporte aquaviário.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 5.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 04 de março de 2024, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.2 Demonstração do valor adicionado

Estas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08 e tem como objetivo apresentar informações relativas às riquezas criadas pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração.

2.3 Moeda Funcional

A moeda funcional da Transbel é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis da Companhia são consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior. Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, essas práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

4.1 *International Accounting Standards Board* (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2023 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Classification of Liabilities as Current or Non-current/ Non-current Liabilities with Covenants- Amendments to IAS 1	As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas covenants cujo cumprimento é obrigatório em até 12 meses após a data de reporte.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Supplier Finance Arrangements - Amendments to IAS 7 and IFRS 7	As emendas estabelecem as características dos acordos de financiamento envolvendo fornecedores e, que devem ser divulgadas determinadas informações relacionadas a tais acordos de forma a possibilitar a avaliação dos efeitos deles sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez.	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas.
Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21	A emendas estabelecem que quando uma moeda não for permutável por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a permutabilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da permutabilidade. Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é permutável por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não permutável por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração do fluxo de caixa.	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

4.2 Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos aos IFRS, tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23	*Classification of Liabilities as Current or Non-current/ Non-current Liabilities with Covenants (Amendments to IAS 1) Lease Liability in a Sale and Leaseback (Amendments to IFRS 16)*	1º de janeiro de 2024
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24	*Supplier Finance Arrangements (Amendments to IAS 7 and IFRS 7)*	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 4.1.

5. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes e são revisadas periodicamente pela Administração, cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

5.1 Premissas para testes de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* de ativos imobilizados exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais, no caso da Companhia, principalmente dos fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

5.2 Definição das unidades geradoras de caixa (UGCs) para testes de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

Esta definição envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão. Alterações nas UGCs podem acontecer em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais, que podem resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos que faziam parte de determinadas UGCs, podendo ocasionar perdas ou reversões adicionais na recuperação de ativos.

Assim, com base nesta definição, temos uma única UGC, denominada Transbel, composta principalmente pelos ativos incluídos no contrato de arrendamento celebrado entre a Transbel e o Porto de Belém.

5.3 Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano Estratégico, que anualmente é aprovado pela Diretoria Executiva.

5.4 Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos *inputs* para cálculo das perdas de crédito esperadas.

5.5 Arrendamentos

A Companhia utiliza taxas incrementais sobre empréstimos da Petrobras para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos cujas taxas implícitas não podem ser determinadas imediatamente. As taxas incrementais são estimadas a partir das taxas de captação corporativa (obtidas pelos rendimentos - *yields* - de títulos emitidos pela Petrobras), que levam em conta a taxa livre de risco e o prêmio de risco de crédito da Companhia, ajustadas para refletir ainda as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, *duration* do respectivo fluxo de pagamento e a data de início de cada contrato.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa devido à possibilidade de resgate imediato e estarem sujeitas a um baixo risco de perda de valor.

	31.12.2023	31.12.2022
Aplicações financeiras - no país	2.272	120
Total de caixa e equivalentes de caixa	**2.272**	**120**

Prática contábil

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

7. CONTAS A RECEBER - FIDC

	31.12.2023	31.12.2022
Fundo de investimento em direito creditório - FIDC	34.669	26.844
Total	**34.669**	**26.844**

Fundo de investimento (FIDC-NP), administrado pelo Banco do Brasil, destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas pela Petrobras e suas participações societárias.

Prática contábil

São inicialmente mensurados a valor justo e subsequentemente de acordo com as suas respectivas classificações.

Custo amortizado: fluxos de caixa que constituem o recebimento, em datas especificadas, de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e o modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos.

8. CONTAS A RECEBER

Recebíveis de contratos com clientes	31.12.2023	31.12.2022
Circulante		
Terceiros (i)	16.344	–
Partes Relacionadas	2.676	14.230
Total do contas a receber, líquidas	**19.020**	**14.230**

(i) Refere-se aos contratos de prestação de serviços firmados com terceiros no primeiro trimestre de 2023 decorrentes do leilão de capacidades de esferas de armazenagem de gás liquefeito de petróleo (GLP).

8.1 *Aging* do Contas a receber - Terceiros

	31.12.2023	31.12.2022
A vencer	16.013	–
Vencidos:		
Até 3 meses	2	–
De 3 a 6 meses	329	–
Total	**16.344**	**–**

9. PARTES RELACIONADAS

9.1 Transações (significativas) com a Transpetro, Petrobras e entidades governamentais

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios então findos, são decorrentes de operações entre a Companhia, sua Controladora (Transpetro), Petrobras e entidades governamentais, conforme instrumentos contratuais celebrados entre as partes.

	31.12.2023		31.12.2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Petrobras e suas participações societárias				
Contas a receber - Petrobras (i)	2.676	–	14.230	–
Contas a pagar - Transpetro (ii)	–	9.491	–	61.750
Dividendos a pagar - Transpetro	–	4.347	–	598
Subtotal	**2.676**	**13.838**	**14.230**	**62.348**
Entidades Governamentais				
Bancos controlados pela União				
Caixa e equivalentes de caixa	2.272	–	120	–
Títulos e valores mobiliários	34.669	–	26.844	–
Arrendamentos - Demais entidades controladas pela União	–	131.839	–	120.396
Subtotal	**36.941**	**131.839**	**26.964**	**120.396**
Total	**39.617**	**145.677**	**41.194**	**182.744**
Circulante	39.617	30.479	41.194	76.038
Não circulante	–	115.198	–	106.706

(i) Refere-se a prestação de serviços de transporte, movimentação e armazenagem;

(ii) Em junho de 2023, a Transpetro efetuou aporte de capital na Transbel referente (a) aos pagamentos realizados pela Controladora antes da Constituição da Transbel (R$ 7.571 pagos à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ a título de 25% do valor da outorga e R$ 48.111 pagos à Petrobras a título de indenização ressarcitória, ambos conforme edital do leilão de arrendamento da área BEL-09), (b) aos investimentos realizados em benfeitorias, e (c) equipamentos adquiridos para execução das atividades no Porto de Belém.

Resultado	31.12.2023	31.12.2022
Petrobras e suas participações societárias		
Petrobras	31.022	12.881
Transpetro	(30.407)	(5.265)
Subtotal	**615**	**7.616**
Entidades Governamentais		
Bancos controlados pela União	4.184	3.123
Demais entidades controladas pela União (despesas financeiras)	(13.670)	(2.219)
Demais entidades controladas pela União (depreciação e parcela variável do arrendamento)	(23.431)	–
Subtotal	**(32.917)**	**904**
Total	**(32.302)**	**8.520**
Receita, principalmente de vendas	31.022	12.881
Compras, arrendamentos e serviços	(53.695)	(5.265)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(143)	–
Receitas (despesas) financeiras líquidas (i)	(9.486)	904
Total	**(32.302)**	**8.520**

(i) inclui o resultado financeiro referente às operações de arrendamento requeridos pelo IFRS 16 (CPC 06 (R2) - Arrendamentos).

9.2 Membros chave da administração da Companhia

Os membros da administração da Companhia, por fazerem parte do quadro da administração de sua controladora Transpetro, renunciaram as suas respectivas remunerações.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

	31.12.2023	31.12.2022
Seguros	357	352
Total	**357**	**352**

Seguro garantia com o objetivo de garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações contraídas pela Arrendatária perante o Poder Concedente nos termos do Contrato de Arrendamento.

Prática contábil

As despesas antecipadas são apresentadas ao custo e apropriadas ao resultado na medida em que são incorridas.

11. TRIBUTOS

11.1 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (i)	–	309
PIS/COFINS a recuperar	–	205
Total ativo circulante	**–**	**514**
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.126	1.098
PIS/COFINS a recolher (ii)	671	1.165
Outros	153	148
Total passivo circulante	**1.950**	**2.411**

(i) O Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL no Ativo Circulante resulta das retenções desses tributos nas prestações de serviços para clientes, bem como os retidos nas aplicações financeiras realizadas;

(ii) PIS e COFINS a pagar sobre receitas.

11.2 Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social diferidos sobre o lucro líquido - Não circulante

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são registrados para refletir no resultado do exercício os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil no contexto das leis fiscais aplicáveis, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes.

Natureza	31.12.2023	31.12.2022
Arrendamentos	5.399	981
Outros	50	11
Total	**5.449**	**992**
Impostos diferidos ativos	5.449	992
Saldo final do exercício	**5.449**	**992**

O quadro abaixo demonstra a movimentação no período:

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial do exercício	**992**	**–**
Reconhecido no resultado do período	4.457	992
Saldo final do exercício	**5.449**	**992**

11.2.1 Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão utilizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções de lucros do Plano Estratégico.

Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

Imposto de Renda e CSLL diferidos, líquidos	Ativos
2024	50
2029 em diante	5.399
Parcela registrada contabilmente	5.449
Total	**5.449**

Prática contábil

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

11.3 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

A reconciliação dos tributos sobre os lucros, apurados nos exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022, está apresentada a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e após a participação de empregados e administradores	27.677	3.778
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(9.410)	(1.285)
Ajustes definitivos para apuração da alíquota efetiva:		
Outros ajustes	37	24
Imposto de renda e contribuição social	**(9.373)**	**(1.261)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(13.830)	(2.253)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.457	992
Total de impostos de renda e contribuição social	**(9.373)**	**(1.261)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %	34%	33%

Prática contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos; e são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

12. IMOBILIZADO

	Equipamentos e outros bens	Benfeitorias em bens de terceiros	Direitos de uso	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**–**	**172.777**	**–**	**172.777**
Adições	2.408	6.498	13.332	7.851	30.089
Depreciação	(169)	(567)	(9.013)	–	(9.749)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.239**	**5.931**	**177.096**	**7.851**	**193.117**
Custo	2.408	6.498	187.561	7.851	204.318
Depreciação acumulada	(169)	(567)	(10.465)	–	(11.201)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.239**	**5.931**	**177.096**	**7.851**	**193.117**
Vida útil estimada em anos	1-10	1-16	20		

	Equipamentos e outros bens	Benfeitorias em bens de terceiros	Direitos de uso	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Adições	–	–	174.229	–	174.229
Depreciação	–	–	(1.452)	–	(1.452)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**–**	**172.777**	**–**	**172.777**
Custo	–	–	174.229	–	174.229
Depreciação acumulada	–	–	(1.452)	–	(1.452)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**–**	**172.777**	**–**	**172.777**
Vida útil estimada em anos			20		

Em 31 de dezembro de 2023, os direitos de uso são integralmente referentes a ativos de dutos, terminais e instalações de partes relacionadas arrendados.

No 4º trimestre de 2022, com a assinatura do Termo de Aceitação Provisória (TAP) que resultou na transferência da permissão de uso dos ativos das áreas do Porto Organizado de Belém (BEL-09), foi registrado o Direito de Uso no montante de R$ 174.229, sendo: (i) contrato de arrendamento celebrado com a União no montante total de R$ 118.547; e (ii) custos incrementais de R$ 55.682 relacionados à indenização ressarcitória pagos a Petrobras e a primeira parcela da outorga do leilão (vide nota 9.1).

Em 2023, os seguintes eventos impactaram de forma significativa o grupo de imobilizado da companhia: (i) R$ 9.540 referente ao aporte de capital no imobilizado realizado pela Transpetro; e (ii) R$ 13.332 referente ao reajuste anual do contrato de arrendamento com a Companhia Docas do Pará e os respectivos juros (vide nota 13).

Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos em condições de operação, bem como quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com as vidas úteis de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear com base nos prazos contratuais.

continua ▶

D4Sign 5b4c5721-1206-4ff5-bdfc-c7b9bd92b79b - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

▲ continuação

As benfeitorias em bens de terceiros são reabilitações realizadas em bens de propriedade de terceiros, mantidos pela Transbel para uso em suas operações e são contabilizados da seguinte forma:

- Benfeitorias cujas obras foram concluídas têm seus gastos contabilizados como benfeitoria em bens de terceiros.
- Benfeitorias cujas obras ainda não estão concluídas têm seus gastos contabilizados como obras em andamento.

12.1 Redução ao valor recuperável - *Impairment*

A Companhia avalia ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que o ativo possa ter sofrido desvalorização. Nas avaliações realizadas no período findo em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados indicativos de desvalorização relacionados à UGC da Transbel.

13. ARRENDAMENTOS

O arrendamento está representado pelas áreas, infraestruturas e instalações públicas localizadas do Porto Organizado de Belém (BEL-09).

A movimentação desse contrato de arrendamento reconhecido como passivo está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**120.396**
Remensuração/Novos contratos	13.332
Pagamentos de principal e juros	(16.506)
Encargos incorridos	14.617
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**131.839**
Circulante	**16.641**
Não circulante	**115.198**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**–**
Novos contratos	118.547
Pagamentos de principal e juros	(417)
Encargos incorridos	2.266
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**120.396**
Circulante	**13.690**
Não circulante	**106.706**

No quarto trimestre de 2022, foi registrado o contrato de arrendamento celebrado com a União.

Com o objetivo de garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações contraídas pela Arrendatária perante o Poder Concedente nos termos do Contrato de Arrendamento, a Transbel possui um seguro com limite máximo de garantia no montante de R$ 72.044.

A seguir são apresentadas as principais informações do contrato de arrendamento:

Fluxos de caixa contratuais descontados	Taxa Desconto (% a.a.)	Prazo Médio (anos)	Impostos a recuperar	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Com Reajuste - País					
- Instalações partes relacionadas	12,1	18,8	12.195	131.839	120.396

O fluxo nominal (não descontado) sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, por vencimento, é apresentado a seguir:

Fluxos de caixa contratuais não descontados	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total	Impostos a Recuperar
Com Reajuste - País								
- Instalações partes relacionadas	17.863	20.629	20.497	20.003	14.301	220.757	314.050	29.050

Prática contábil

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos, descontados pela taxa incremental nominal sobre empréstimos do grupo Petrobras. O passivo de arrendamento é atualizado pelos juros incorridos, sendo esses classificados no resultado como despesa financeira. As remensurações ocorridas refletem alterações de cunho contratual, tais como índices, taxas ou prazos dos arrendamentos.

Os fluxos de pagamentos são descontados pela taxa incremental nominal sobre empréstimos do grupo Petrobras, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Pagamentos relativos a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos diretamente no resultado ao longo do prazo definido no contrato.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social

Em junho de 2023, a Transpetro efetuou aporte de capital na Transbel, no valor de R$ 65.222, referentes (i) aos pagamentos desembolsados pela Transpetro relacionados ao leilão 15/2018, (ii) sobre os investimentos em benfeitorias realizados na área arrendada e (iii) os equipamentos adquiridos e utilizados nas operações.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado está representado por um milhão de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com direito de voto, no valor de R$ 90.971 e R$ 25.749, respectivamente.

14.2 Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

Destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

14.3 Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social assegura aos acionistas um dividendo e/ou juros sobre capital próprio mínimo de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 25 de abril de 2023, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou a distribuição de dividendos referente ao exercício de 2022 no valor de R$ 2.391, onde: (i) R$ 598 registrados no passivo circulante; e (ii) R$ 1.793 destacados como dividendos adicionais propostos no Patrimônio Líquido. O valor foi atualizado monetariamente (R$ 2.534), de acordo com a variação da taxa Selic, desde o final do referido exercício social até a data do efetivo pagamento, ocorrido em junho de 2023.

A proposta de distribuição de dividendos referente ao exercício de 2023 foi de R$ 4.347, registrados no passivo circulante.

Prática contábil

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O JCP é imputado ao dividendo do exercício, na forma prevista no estatuto social, contabilizados no resultado, conforme requerido pela legislação fiscal, e revertido contra lucros acumulados no patrimônio líquido de maneira similar ao dividendo, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado do exercício.

A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na AGO.

14.4 Resultado por ação

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro atribuível ao acionista controlador	18.304	2.517
Quantidade de ações	1.000.000	1.000.000
Lucro por ação básico e diluído ponderado pela quantidade de ações ordinárias em poder do acionista em cada exercício - em reais	**18,30**	**2,52**

A Companhia não emitiu ou outorgou instrumentos patrimoniais que devam ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

15. RECEITA

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida, segue demonstrada:

	31.12.2023	31.12.2022
Receita de serviços prestados	117.751	14.297
Encargos sobre serviços	(16.571)	(1.416)
Receita líquida de serviços prestados	**101.180**	**12.881**

A receita refere-se ao terminal aquaviário localizado no Porto Organizado de Belém (área BEL-09) em sua totalidade.

Prática contábil

A Companhia avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os bens e serviços distintos prometidos em cada um deles. A receita é reconhecida quando ou à medida que a Companhia satisfaz as obrigações de desempenho assumidas com seus clientes.

A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia baseadas em parâmetros de mercados.

Ao transferir um serviço, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse, a Companhia satisfaz à obrigação de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos no tempo no ato da entrega do produto.

As receitas da Companhia são baseadas nos contratos de transporte de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral, que inclui cláusulas de "*ship or pay*", na qual o cliente se obriga a pagar à Transbel pela capacidade de transporte mínima contratada.

16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31.12.2023	31.12.2022
Gastos com serviços	(39.910)	(6.809)
Arrendamentos e aluguéis	(15.567)	(1.644)
Depreciação e amortização	(9.127)	(1.422)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	9	–
Outros gastos	257	(131)
Total	**(64.338)**	**(10.006)**
Na Demonstração do Resultado		
Custos dos serviços prestados	(60.128)	(9.158)
Despesas gerais e administrativas	(3.891)	(696)
Tributárias	(328)	(152)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	9	–
Total	**(64.338)**	**(10.006)**

17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31.12.2023	31.12.2022
Receita com caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	4.184	3.123
Encargos sobre arrendamentos	(13.670)	(2.219)
Outras despesas, receitas e variações monetárias e cambiais líquidas	321	(1)
Resultado financeiro líquido	**(9.165)**	**903**
Receitas	4.628	3.123
Despesas	(13.714)	(2.220)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(79)	–
Total	**(9.165)**	**903**

18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Transações de investimento e financiamento que não envolvem caixa		
Direito de uso	13.332	174.229
Aporte de capital - bens imobilizados	9.540	–
Aporte de capital - cessão de direitos	55.682	–

19. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Transbel está exposta a riscos decorrentes de suas operações, tais como riscos ambientais, operacionais, saúde e segurança, imagem, financeiros, entre outros. A seguir apresentamos breves esclarecimentos sobre os principais riscos financeiros e informações sobre a exposição da Companhia.

19.1 Risco de crédito

Conforme descrito no contexto operacional da Companhia, durante o exercício de 2023, as operações foram efetuadas com a Petrobras em sua totalidade. A Administração entende não haver exposição ao risco de crédito decorrente dessas operações.

19.1.1 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

a) Contas a receber de clientes

As operações da Transbel são efetuadas com a Petrobras e com terceiros. Periodicamente é realizada a análise e acompanhamento do risco de crédito decorrente dessas operações.

A Petrobras tem sua classificação de risco avaliada em BB, de acordo com a agência *Standard & Poor's*. Em relação aos clientes terceiros que não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras, para definição e monitoramento dos limites de crédito, são avaliados o ramo de atuação do cliente e suas demonstrações financeiras, entre outros aspectos.

b) Outros ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários tem como base a classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Atualmente, as operações financeiras da Transbel são realizadas com o Banco do Brasil, sendo sua classificação de risco avaliada em AAA, de acordo com a agência *Poor's e Fitch*.

19.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela Companhia por meio de ações como: (i) otimização das disponibilidades e redução da necessidade de capital de giro; (ii) manutenção de um caixa robusto que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto prazo; e (iii) financiamentos de instituições financeiras. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

Em razão do aporte de capital da Transpetro, houve redução do passivo circulante resultando na apuração do capital circulante líquido positivo no balanço patrimonial da Transbel em 31 de dezembro de 2023 de R$ 22.511 (R$ 38.846 negativo em 31 de dezembro de 2022).

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcio Guimarães Costa
Presidente

Flavio Godinho Viana
Diretor

Fernando Mascarenhas Cavalcanti de Barros
Diretor

Amós da Silva Cancio
Gerente Executivo de Contabilidade e Tributos - Contador CRC/RJ 076.864/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Transpetro Bel 09 S.A. - Transbel
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transpetro Bel 09 S.A. – Transbel ("Companhia") identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transpetro Bel 09 S.A. – Transbel em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 1 e 9, chamamos a atenção para o fato que a Companhia faz parte de um grupo econômico e mantém operações relevantes, incluindo transações comerciais e financeiras, com suas controladoras direta e indireta, Petrobras Transportes S.A. – Transpetro e Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, respectivamente. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos firmados entre a Administração da Companhia, a Transpetro e a Petrobras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e, apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeira. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2024

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Transpetro Bel 09 S.A. - TRANSBEL, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual de 2023, a proposta de Destinação de Resultados e as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Considerando que:

i. o Parecer da KPMG Auditores Independentes, datado de 04 de março de 2024, não possui ressalvas;
ii. a aprovação das Demonstrações Contábeis pela Administração da Empresa, que assegura que as referidas demonstrações representam adequadamente, em todo os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TRANSPETRO BEL 09 S.A. (TRANSBEL); e
iii. Do lucro líquido de R$ 18.304 mil, propõe-se a seguinte destinação: (i) constituição de Reserva Legal com a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, equivalente a R$ 915 mil, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76;
(ii) constituição de Reserva de Retenção de Lucros equivalente a R$ 13.042, em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76; (iii) distribuição de dividendos mínimos obrigatórios com distribuição do lucro líquido do exercício no montante de R$ 4.347 mil.

Este Colegiado, por unanimidade, manifesta as seguintes opiniões:

a) Os referidos documentos estão em condição de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, com previsão de realização em 22 de abril de 2024;
b) Favorável à constituição da Reserva Legal, nos moldes da lei;
c) Favorável à constituição da Reserva de Retenção de Lucros, nos moldes da lei;
d) Favorável à distribuição do lucro líquido do exercício, no limite legal de 25%, na forma de dividendos.

Base do Parecer do Conselho Fiscal:

Este conselho, constituído em 2023, analisou os documentos recebidos e utilizou como base para análise as informações disponíveis até a presente data.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2024.

Elisandra Collaziol
Presidente

Sergio de Melo e Souza
Conselheiro

Rodrigo Parente Vives
Conselheiro

RESUMO DO COMUNICADO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - CAE

O Comitê de Auditoria Estatutário da Transpetro, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, atuando como comitê de auditoria estatutário representante da TRANSPETRO BEL - 09, considerando as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, suportada pelas análises, estudos e debates realizados com a Contabilidade, Diretoria, Auditorias Interna e Independente (KPMG Auditores Independentes Ltda.) e demais áreas envolvidas, também suportado pela minuta do relatório emitida pela Auditoria Independente, sem ressalvas, entende que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Transpetro Bel 09 - Transbel, findadas em 31 de dezembro de 2023 estão adequadas para deliberação pela Assembleia Geral.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2024

Carlos Eduardo Lessa Brandão
Presidente do CAE

Antonio Edson Maciel dos Santos
Membro do CAE

Gerson Luiz Gonçalves
Membro do CAE

D4Sign 5b4c5721-1206-4ff5-bdfc-c7b9bd92b79b - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

TRANSBEL - Balanco 2023 pdf

Código do documento 5b4c5721-1206-4ff5-bdfc-c7b9bd92b79b

Assinaturas

Antonio Erbeth
antonio.erbeth@oliberal.com.br
Assinou

Eventos do documento

18 Apr 2024, 07:34:01
Documento 5b4c5721-1206-4ff5-bdfc-c7b9bd92b79b **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email:antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-18T07:34:01-03:00

18 Apr 2024, 07:34:10
Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-18T07:34:10-03:00

18 Apr 2024, 07:34:17
ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 177.105.192.2 (blockbit-utm.libnet.com.br porta: 53938) - Geolocalização: -1.4221312 -48.4671488 - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE_ATOM: 2024-04-18T07:34:17-03:00

Hash do documento original
(SHA256):a2f848fef5c302b73245e13a1656dedc41a5e6d8febfa7e269f49ba9be3433f4
(SHA512):88280ff79d1f20176d88eb48f978199198ce473ebc15c8b8952635df86e02e90fdbf840712c7c60b34df491e8591357625e509bd871d230df44994bdde689492

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign